

Quando a política não passa pela escola, como chega até aos jovens?

Estudo da Fundação Calouste Gulbenkian aponta a escolaridade como principal fator associado ao envolvimento político. Para Tiago Estevão Martins, é um “erro” olhar para a educação para a cidadania apenas através da escola, já que a “vivência familiar, social e comunitária” também influenciam a “construção de valores e da personalidade dos jovens”. Por Luísa Rodrigues

Em 2022, a Fundação Calouste Gulbenkian publicou um relatório denominado “A Participação Política da Juventude em Portugal” que analisou o nível de intervenção dos jovens nos processos democráticos. Com base num inquérito a jovens entre os 15 e os 24 anos, concluiu-se que não existe um declínio do interesse político entre os mais novos. Porém, verifica-se menos participação em meios mais “convencionais” ligados ao sistema partidário, como o voto, a ida a comícios ou a participação em atividades partidárias. Por outro lado, os jovens assumem um papel mais ativo na dimensão cívica como petições, recolhas de fundos para causas sociais e políticas, ou manifestações. Estes resultados também são corroborados pela *European Social Survey*, que indica uma tendência de aumento neste tipo de envolvimento.

No entanto, ambas as organizações reconhecem que existe uma parte dos jovens que estão desinteressados devido à desilusão com os atores políticos e porque consideram que existe uma incapacidade de motivar e mobilizar as gerações mais novas. Assim, o estudo da Gulbenkian salienta que essa “alienação” ocorre sobretudo em relação à “maquinaria democrática”, e não sobre os princípios democráticos. Isto é, os jovens portugueses não rejeitam a política, mas procuram antes formas alternativas de se fazerem ouvir.

As razões apontadas para o afastamento dos meios convencionais passam por três fatores principais: o interesse por causas específicas, mais próximas das vivências quotidianas dos jovens e, por isso, mais significativas; a preferência por ações de curta duração, que não exijam um compromisso de continuidade; e a perceção de que a sua participação pode realmente ter impacto e ser um agente de mudança.

Apesar de a Fundação considerar “exagerado” falar numa “morte da política” entre os jovens, os dados mostram que estes continuam a participar menos do que a média europeia, tanto no voto como nas formas não-convencionais de participação. Segundo os dados da *European Social Survey* e da Gulbenkian, a escolaridade é apontada como o principal fator associado ao envolvimento político, incluindo o ato de votar. Também o rendimento do agregado familiar e a autoeficácia política, ou seja, o sentimento de poder influenciar decisões políticas se destacam por serem motivações para a participação.

Em Portugal, o Parlamento dos Jovens nasceu em 1995, inicialmente dirigido apenas para os estudantes do Ensino Secundário, tendo sido alargado ao 2º e 3º ciclo do Ensino Básico. Segundo a página oficial da Assembleia da República, o seu objetivo é “incentivar a consciência cívica e a participação dos jovens, desenvolver-lhes hábitos de debate e

tomada coletiva de decisão e informá-los das regras e procedimentos básicos do trabalho parlamentar”. Assim, os estudantes elegem deputados escolares que elaboram recomendações políticas sobre temas previamente definidos. Estes dados são depois debatidos em sessões distritais ou regionais, e as propostas aprovadas avançam para uma sessão nacional, em que jovens de todo o país se reúnem para discutir e aprovar as medidas finais.

Nessa mesma linha, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Europeu realizou um estudo sobre a Educação Cívica em Portugal, em que apontou que existe um aumento do número de escolas participantes. As 445 escolas em 2006 passaram para 1028 em 2022. Para a instituição, este tipo de simulações ajudam a “cultivar a consciência política e o conhecimento sobre os processos democráticos”. Assim, devido ao aumento dos números, sugere-se que existe um esforço para a aproximação dos jovens às instituições democráticas através da escola.

Embora os dados referidos anteriormente apresentem um retrato geral da participação política dos jovens, esta reportagem centra-se no interesse e envolvimento dos estudantes do Ensino Secundário. Para isso, foram recolhidos testemunhos de diversos intervenientes, com o objetivo de ouvir múltiplas perspetivas sobre o papel desta faixa etária nos processos democráticos

O (des)interesse dos jovens pela política

Tiago Estevão Martins, docente da Universidade de Coimbra (UC) e Membro do Conselho Nacional da Educação entende que o diagnóstico do nível de literacia política entre os jovens “não difere muito do que se faz da população em geral”. Neste sentido, há um desconhecimento generalizado sobre o funcionamento do sistema democrático e das suas instituições. Para o professor, a maioria das pessoas tem dificuldade, por exemplo, em distinguir o papel do Governo e da Assembleia da República, assim como em compreender as estruturas autárquicas. Por isso, defende que o debate sobre literacia política não deve ser centrado apenas nos mais novos, uma vez que o problema atravessa gerações. Assim, deve haver a “ambição” de construir uma população cada vez “mais informada”, para que “os cidadãos percebam os seus direitos e deveres”.

Já a partir dos estabelecimentos de ensino, o diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, José Charro, considera que nos dias de hoje os jovens têm mais acesso à informação do que há alguns anos. Ainda assim, a sua perceção é que há pouco “interesse” de temas políticos por parte dos alunos. Além disso, aponta que há “pouca vontade” por parte dos partidos políticos em ouvir os mais novos, com exceção dos períodos de campanha eleitoral. Para mudar este cenário, acredita que os jovens “têm de ser motivados a participar” para poderem adotar uma postura mais ativa na vida política.

Do lado das estruturas partidárias juvenis, a presidente da Juventude Socialista de Coimbra, Mariana Felício, reforça a ideia de que os jovens do Ensino Secundário não são expostos à política, quer seja num ambiente escolar ou familiar. A dirigente reconhece que há “pouco conhecimento” sobre as bases da democracia e que muitos têm “dificuldades” em distinguir as várias ideologias políticas. Ainda assim, assinala que as redes sociais têm aproximado os jovens da política mais cedo. Contudo, admite que essas interações possam ser motivadas pelo que é “mais apelativo”, sem que exista um conhecimento “aprofundado” que considera essencial.

Já o presidente da Juventude Social Democrata de Coimbra, Lourenço Porto, acredita que existe um interesse prematuro pela política por meio das juventudes partidárias, com a entrada de jovens entre os 14 e os 16 anos. Admite que, no início, esse envolvimento é mais “superficial”, mas vê nele uma oportunidade para se começarem a construir bases sobre política, eleições e cidadania. Defende, por isso, que esse processo até aos 18 anos aconteça “sem pressão”, deixando espaço para que cada um desenvolva os seus próprios interesses.

Formação política: começa (mesmo) na escola?

No estudo da Fundação Calouste Gulbenkian a escolaridade é apontada como o principal fator do envolvimento político. Atualmente, Cidadania e Desenvolvimento é a única disciplina do currículo nacional com foco direto na formação cívica e política, sendo obrigatória para todos os estudantes do Ensino Básico e Secundário. De acordo com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, nesta área de estudo “os professores têm como missão preparar os alunos para a vida, para serem cidadãos democráticos, participativos e humanistas, promover a tolerância e não discriminação, bem como suprimir os radicalismos violentos”.

Mais recentemente, o Despacho n.º 9128/2024, de 12 de agosto, autorizou um projeto-piloto para testar uma nova unidade curricular obrigatória, designada Literacias, que foi implementada em sete escolas públicas, privadas e profissionais. A disciplina propõe-se desenvolver literacia financeira, política, democrática e análise de dados.

Ainda assim, na visão de Tiago Estevão Martins, é um “erro” olhar para a educação para a cidadania apenas no ponto de vista da escola. Para o professor, o sistema de ensino deve “ser um instrumento de liberdade e de transmissão de valores democráticos”, mas existem outros fatores como “vivência familiar, social e comunitária”, que são igualmente “importantes” na “construção de valores e da personalidade dos jovens”. O docente sublinha que não basta ter uma disciplina dedicada à cidadania, se não houver um “ensino inclusivo”, que promova “a convivência entre alunos de diferentes origens sociais” e transforme “as salas de aula em espaços reais de partilha e intervenção”.

Como diretor de um estabelecimento de ensino, José Charro, acredita que o sistema escolar não dá “muito espaço” à participação cívica e política dos alunos. O dirigente

aponta que tanto no Ensino Básico como Secundário, o currículo é dominado por disciplinas do foro técnico, o que dificulta tratamento de assuntos relacionados com a democracia e com a sociedade.

Na mesma linha, Mariana Felício revela que o seu interesse pela política só despertou na universidade, através do seu envolvimento no associativismo estudantil da Associação Académica de Coimbra. Aponta que durante o seu percurso no Ensino Secundário não havia muita “abertura” para se falar de política, embora admita que se possa ter refletido no seu próprio desinteresse no tema naquele momento. Para a dirigente, mesmo nas áreas de Humanidades, o tratamento de temas políticos é muito focado “na parte histórica”.

Para Lourenço Porto, o sistema educativo falha em preparar os alunos para a vida cívica. O jovem compara a sua experiência no Luxemburgo em que teve uma disciplina dedicada à cidadania europeia. Em contraste, em Portugal, critica a ausência de uma disciplina que aborde o funcionamento de instituições democráticas, partidos ou o papel do cidadão na sociedade. Na sua ótica, o desconhecimento dos jovens sobre política é uma barreira à participação. “Muitos chegam à universidade ou à idade de voto sem nunca terem ouvido falar do que é a Assembleia da República ou o que faz um governo”, lamenta.

E os partidos, onde entram?

O estudo da Fundação Calouste Gulbenkian revela que os “baixos níveis de participação” dos jovens nos meios convencionais de política estão ligados a uma visão crítica sobre o funcionamento interno dos partidos. Segundo o relatório, muitos jovens têm a perceção que “os partidos têm estratégias de comunicação e mobilização inadequados” bem como uma “visão predominantemente instrumental das estruturas juvenis”. Isto é, os jovens são vistos como meios para captar votos, em vez das suas vozes serem realmente ouvidas e valorizadas. Essa dinâmica traduz-se numa “incapacidade em atribuir lugares de destaque aos mais jovens nas estruturas internas”, o que reflete uma certa “indisponibilidade” para incorporar as suas perspetivas nos programas políticos.

Para Tiago Estevão Martins, esta situação está relacionada com o facto de os partidos serem organizados da mesma forma há décadas, sem se adaptarem “às novas exigências” da participação política. Segundo o docente, é necessário “reformular as formas de interação e organização” para estarem mais aliados com o cenário atual. Deste modo, recorda que os comícios, que já foram “espaços de afirmação política”, perderam “muito da sua relevância e dimensão cultural”. Por isso, e porque a vida política exige “constante adaptação”, é fundamental procurarem-se novas formas de intervenção, mas sem esquecer de “revisitar as boas experiências do passado”.

Sobre os jovens terem um papel instrumental, o professor acredita ser uma “generalização”. Embora a participação dos jovens possa não corresponder às suas expectativas, o oposto também se sucede quando se integra um partido. Isto acontece, pois, as dinâmicas internas das estruturas partidárias “variam conforme o momento, a

liderança ou os interlocutores. Tiago Estevão Martins refere que é frequente a crítica que os jovens “só servem para carregar bandeiras”, mas a vida partidária exige “reflexão, organização e ação”. Essas ações de mobilização são “essenciais” para garantir o envolvimento das pessoas na vida política, acrescenta.

Já Mariana Felício, aponta para um afastamento dos jovens em relação aos partidos pois estes tendem a “mover-se mais por causas específicas”, como a defesa dos direitos dos animais ou questões ambientais, exemplifica. Lourenço Porto manifesta preocupação pelas taxas de abstenção “altíssimas” entre os jovens. Segundo o jovem, existe uma “febre inicial” de se votar aos 18 anos por ser a primeira vez, mas este entusiasmo raramente se mantém regular.

De portas abertas ou fechadas? O futuro dos jovens na política

Para José Charro, é fundamental integrar os jovens na vida cívica, mas isso exige uma mudança no sistema educativo que crie condições para o seu maior envolvimento na esfera pública. Por sua vez, Mariana Felício expressa preocupação em relação à participação futura dos jovens, devido à fase “atípica” atual marcada por “constantes mudanças”, o que torna difícil fazer previsões. Por isso, destaca a necessidade de criar um ambiente que incentive a entrada dos mais novos, já que o “escrutínio público e os riscos pessoais” associados à vida política podem dificultar essa atração.

Por outro lado, Lourenço Porto mantém-se confiante com o futuro, pois acredita que “há cada vez mais jovens na política”. Segundo o dirigente, o panorama anterior da política portuguesa estava marcado por pessoas “acima dos 40, 50, 60 anos a governar e a decidir”. Assim, o envolvimento dos jovens é essencial para evitar uma “estagnação” dentro das estruturas políticas atuais. O dirigente deixa o recado que uma “inserção e adesão mais precoce” dos jovens no mundo político é muito “positivo” para o cenário da política portuguesa.

Tiago Estevão Martins demonstra-se preocupado com aquilo que considera ser um “ressurgimento de uma sociedade menos aberta” e com “menos empatia pelo outro”. Refere, como exemplo, os discursos negativos, nomeadamente contra as mulheres, que “têm vindo a ser amplificados”. Para o docente, é essencial criar condições para que as pessoas possam “manifestar as suas opiniões”, sem se sentirem “reprimidas” por determinados grupos ou perspetivas. Embora sublinhe que esta preocupação não é exclusiva dos jovens, reforça que estes têm um “papel muito importante” no futuro coletivo.